

“As mulheres e as crianças são as primeiras que desistem de afundar navios.”

ANA CRISTINA CESAR

ALEXANDRE MEDEIROS
ANA BEATRIZ MAGNO
ANDRÉ HIPPERTT
SILVANA SÁ
comunica@adufrj.org.br

PROFESSORAS E ALUNAS FORAM AS PRIMEIRAS VÍTIMAS na guerra do Irã. Na madrugada de 28 de fevereiro, primeiro dia do conflito que amedronta Ocidente e Oriente, ataques militares destruíram a escola de Minab, no Sul iraniano, e assassinaram 168 pessoas, a maioria meninas com menos de 12 anos. A ONU pediu apuração rigorosa, imagens do desespero materno cruzaram fronteiras, protestos se multiplicaram, mas o confronto só piora dia após dia. Uma aflição que atravessa oceanos.

NO CAMPUS DO FUNDÃO, UMA PROFESSORA DA MATEMÁTICA E UMA ALUNA DA COPPE, ambas iranianas, acompanham com angústia as notícias do confronto. “Era uma escola de Ensino Fundamental, com crianças entre 7 e 12 anos, localizada em uma cidade pequena e não estratégica. É muito preocupante quando civis, especialmente crianças, se tornam vítimas de um conflito”, desabafa Maral Mostafazdehfard, professora de Matemática da UFRJ desde 2019. Três anos depois, sua terra natal implodiu em conflitos detonados justamente pela revolta de mulheres com a multiplicação de perseguições pelo regime dos aiatolás. “O governo proibiu oficialmente as mulheres de ingressar em 77 diferentes áreas de estudo, incluindo Engenharia e Física Nuclear, alegando que seriam “inadequadas” para mulheres. Mesmo quando temos excelentes resultados nos exames, cotas frequentemente limitam nossa admissão em favor dos homens”, lembra Maral.

SE NO IRÃ AS ESCOLAS E AS UNIVERSIDADES SÃO VÍTIMAS EXPLÍCITAS DA VIOLÊNCIA, no Brasil os campi se esforçam para combater o machismo e a misoginia. O esforço ainda é pouco. Uma pesquisa inédita, cujos resultados o Jornal da AdUFRJ obteve com exclusividade, mostra que 74% dos servidores da UFRJ já foram vítimas de assédio moral, sendo a maioria (67%) de mulheres. Há ainda um agravante sintomático. Menos de 24% das vítimas denunciam o assédio, entre outros motivos por não confiar nos canais de denúncia ou descreer da punição dos algozes.

HÁ SOFRIMENTO, HÁ MEDO, MAS HÁ TAMBÉM O QUE CELEBRAR. Esta edição do Jornal da AdUFRJ traz uma homenagem especial às professoras, alunas e técnicas da UFRJ, que juntas transformam dor e receio em luta e esperança. No Ensino, na Pesquisa, na Extensão, na Gestão, na vida acadêmica como um todo, elas ampliam sua presença, enfrentando barreiras que parecem intransponíveis, mas, por acreditar que não são, elas persistem, aprendem, ensinam, educam. A elas, as nossas saudações.

Artigo



LUISA ANDREA KETZER

Professora do campus Duque de Caxias da UFRJ e diretora da AdUFRJ

REDUÇÃO DE BOLSAS DE MONITORIA PREOCUPA ADUFRJ

A AdUFRJ manifesta preocupação com o anúncio de redução do número de bolsas de monitoria. Desde 2016, os editais previam uma cota anual de 1.400 bolsas, mas o edital mais recente não estabeleceu essa cota. O resultado preliminar, divulgado em fevereiro, indicou uma redução de cerca de 20% no total. Até o momento, a distribuição final das bolsas não foi oficializada, mas o relatório final da Comissão de Monitoria foi aprovado plenária do CEG, realizada em 11 de março.

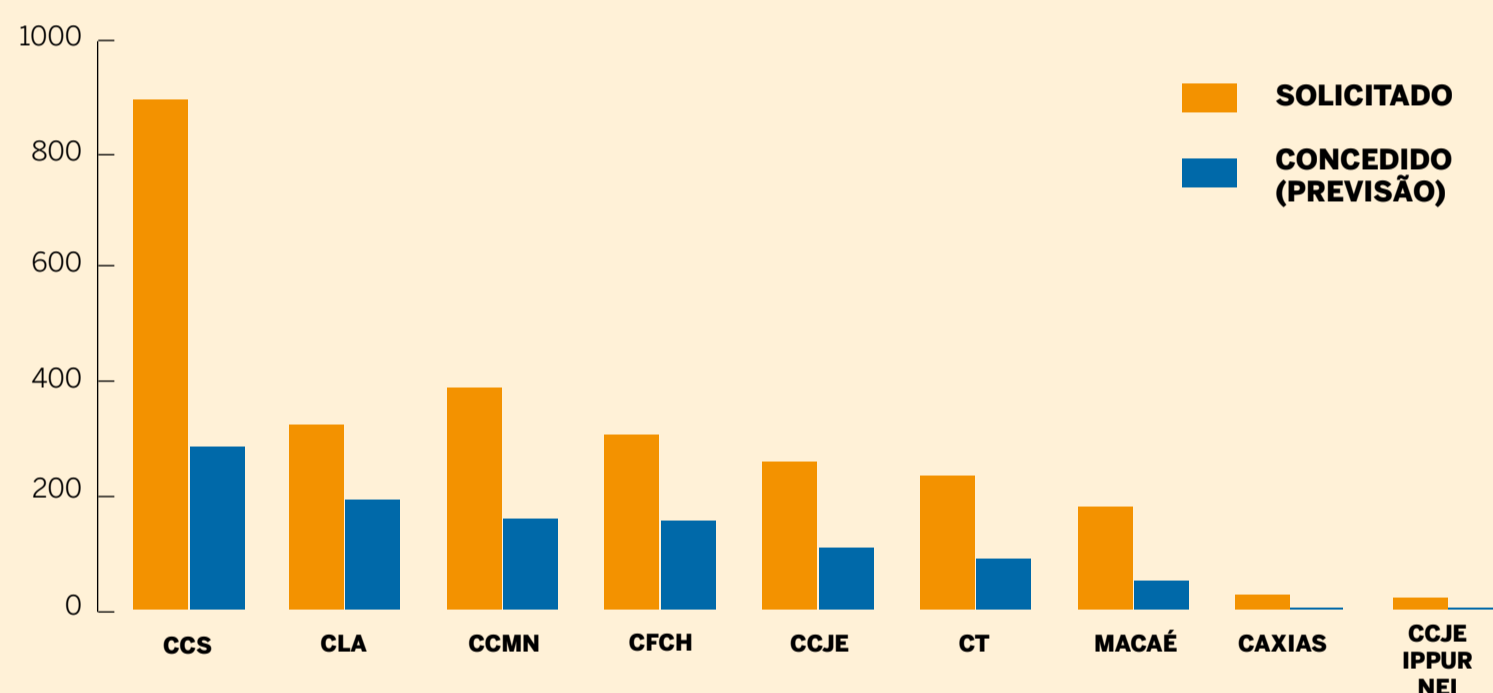
A justificativa da medida foi devido a um redimensionamento técnico da distribuição de bolsas, com o objetivo de alinhar a oferta aos objetivos acadêmicos da monitoria, readequar bolsas conforme a atualização dos currículos, garantir a execução das atividades e adequar-se ao atual cenário orçamentário da universidade. Os critérios para a distribuição de bolsas foram o formato da disciplina (práticas, teórico-práticas e teóricas), número de alunos na disciplina (maior ou igual a 50 alunos) e disciplinas teóricas com alta demanda ou baixo desempenho (média < 5,0). E ainda houve penalidades para unidades que não enviaram relatórios de monitoria ou enviaram com atraso.



A ausência de monitoria em disciplinas aumenta a sobrecarga docente e eleva risco de reprovação e evasão

A redução do número de bolsas de monitoria contraria a busca por ensino de excelência na UFRJ, que reúne cerca de 56.000 estudantes em 175 cursos de graduação. Vale destacar que a oferta atual de bolsas está muito abaixo da demanda institucional (cerca de 2.700 bolsas solicitadas pelas unidades), o que agrava o impacto do contingenciamento. Esse corte merece avaliação crítica porque a monitoria é

NÚMERO DE BOLSAS



| UNIDADE | DISCENTES GRADUAÇÃO (2025) | BOLSAS SOLICITADAS | PREVISÃO DE CONCESSÃO (2026) |
|--|----------------------------|--------------------|------------------------------|
| Centro de Ciências da Saúde (CCS) | 13.385 | 905 | 290 |
| Centro de Letras e Artes (CLA) | 8.153 | 334 | 202 |
| Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) | 6.195 | 402 | 175 |
| Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) | 6.478 | 319 | 165 |
| Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) | 10.057 | 270 | 122 |
| Centro de Tecnologia (CT) | 7.291 | 245 | 95 |
| Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé | 2.291 | 189 | 55 |
| Campus UFRJ Duque de Caxias | 578 | 32 | 09 |
| Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)/IPPUR/NEI | | 21 | 07 |
| TOTAL | | 2.717 | 1.120 |

FONTE: Relatório da Comissão de Monitoria apresentado na sessão extraordinária do CEG realizada em 05/03/26. FRI em números: https://graduacao.ufrj.br/images/_PR-1/Graduacao-em-Numeros/Graduacao-em-numeros-20250515.pdf

peça-chave para a qualidade educacional: além de apoiar diretamente estudantes em dificuldade, constitui espaço formativo para os monitores, que consolidam saberes, desenvolvem competências pedagógicas e ampliam sua atuação profissional. Quando bem estruturada, a monitoria integra ensino, aprendizagem e assistência, promovendo um ambiente mais inclusivo, participativo e sensível às necessidades da comunidade acadêmica.

Em muitas situações, pela proximidade entre monitor e estudante, a atuação do monitor vai além do domínio do conteúdo, favorecendo a identificação de necessidades específicas e o encaminhamento aos serviços de apoio. Monitores bem preparados adaptam estratégias e materiais, usam tecnologias educacionais e promovem a aprendizagem, ampliando o impacto da monitoria para além de explicações pontuais e contribuindo para

a retenção estudantil.

A atuação do monitor pode inclusive sugerir ajustes metodológicos, melhorando práticas docentes e currículos. A ausência de monitoria em disciplinas aumenta a sobrecarga docente e eleva risco de reprovação e evasão. Assim, a monitoria configura-se como investimento estratégico em qualidade, inclusão e fortalecimento institucional.



INÍCIO DAS AULAS RENOVA OS DILEMAS DA DOCÊNCIA

> Especialistas apontam desafios que atravessam o cotidiano de docentes universitárias. Apesar da alta presença no Ensino, a violência de gênero ainda é vivida pelas professoras dentro e fora de sala

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br



A semana começou agitada na UFRJ. O início do ano letivo de 2026 trouxe expectativas, anseios e já apresenta inúmeros desafios. Bandedões com funcionamento prejudicado pela falta de pagamento a terceirizados e uma infiltração na cisterna do edifício Jorge Machado Moreira afetaram os primeiros dias de aula. As atividades, no entanto, foram normalizadas ainda ao longo desta primeira semana — os terceirizados, por exemplo, receberam os salários atrasados.

A volta às aulas coincidiu também com a Semana da Mulher, um momento de reflexão sobre as interdições ainda impostas ao gênero feminino. Bancos vermelhos foram instalados nos campi como símbolos do combate ao feminicídio. O assassinato de mulheres é o mais alto grau de uma escala de violências que ainda permeiam o dia a dia das brasileiras.

Na academia não é diferente. “Ainda precisamos mostrar nossa competência, impor nossa presença para sermos respeitadas”, desabafa a professora Angela Brêtas, ouvidora da Mulher da UFRJ. A instância foi criada em janeiro de 2023 como marco institucional no combate à vio-

lência de gênero na universidade. “Seremos professoras não nos isenta das violências a que todas as mulheres são submetidas. A universidade não é uma ilha”.

Em sala de aula, os desafios acompanham as mudanças sociais. Os ataques virtuais vêm ganhando espaço na universidade, de acordo com a ouvidora. “O ambiente digital está sendo cada vez mais utilizado para agredir professoras, fazer ameaças, humilhá-las”, aponta Angela Brêtas. “A suspeita é de que sejam alunos, mas não temos provas e esse é outro problema. Não é fácil rastrear perfis e e-mails falsos. Os agressores estão protegidos pelo anonimato e pela tela”, lamenta a docente, que também é pesquisadora na área de Educação.

A masculinidade tóxica incentivada por perfis “red pills” e “coaches de masculinidade” conquista adeptos cada vez mais jovens. “Precisamos criar um movimento pedagógico para lidar com isso”, avalia a professora. “Esse não é só um problema das mulheres, também afeta muito os homens. Gera, por exemplo, comportamentos de risco, aumento da depressão, do suicídio”, exemplifica.

RESPEITO E EQUIDADE

A academia é uma instituição que possui grande presença feminina — na UFRJ, as mulheres correspondem a 49% do corpo docente. Apesar disso, professoras negras ainda são minoria no ensino superior. Dados do



Sermos professoras não nos isenta das violências a que todas as mulheres são submetidas

ANGELA BRÊTAS
Ouvidora da Mulher da UFRJ

tários em atividade no país.

“Dentro do campo de luta das mulheres, temos especificidades que atingem as mulheres negras. As universidades são espaços criados para os homens, brancos, heterossexuais”, afirma a ouvidora da Mulher.

Pró-reitora de Graduação, a professora Maria Fernanda Quintela admite que ainda há um longo caminho a ser trilhado pelas mulheres na carreira docente, mas acredita que na esfera do ensino esses desafios estão menos estabelecidos. “Nossa carreira é multifacetada, mas acredito que hoje, no âmbito do Ensino, esses desafios são menos presentes”, acredita a professora. “Temos enorme presença na universidade e somos pontuadas com isonomia com os homens nas nossas avaliações para progressões, nessa área de Ensino”.

Ela não pode dizer o mesmo na Pesquisa e na Gestão. “Acredito que vamos melhor no Ensino e na Extensão, mas o ‘efeito tesoura’ realmente ainda é muito presente em outras esferas da nossa carreira”, reconhece. “Por isso são extremamente importantes as políticas públicas voltadas ao combate à desigualdade de gênero”, reflete a pró-reitora.

Para a professora Giovana Xavier, da Faculdade de Educação, o maior desafio das professoras universitárias carrega o paradoxo de ser tão simples quanto complexo: o direito à plena existência. “A professora universitária

decide priorizar-se, ainda é vista como alguém que não leva o trabalho a sério”, critica.

“Da mesma forma, profissionais que estabelecem limites claros no trabalho, como não responder mensagens de madrugada ou nos fins de semana, não trabalhar nas férias ou limitar participações em bancas, comissões e orientações, seguem sendo rotuladas como difíceis, arrogantes ou inadequadas”, avalia. “Por isso, acredito que nosso desafio mais genuíno seja também existencial: criar formas emocionais, sociais e espirituais de vida em que a potência de realização e o prazer de sermos nós mesmas prevaleça”.

Para Giovana, esse desafio se apresenta de maneira diferente para as docentes negras. “Eu trilharia diariamente um caminho de autorreconhecimento de minha própria humanidade, complexidade, singularidade e também dos meus limites. Sustentar uma carreira acadêmica autêntica exige um enorme investimento de energia, além da capacidade de se desapegar de expectativas externas, estereótipos e tentativas constantes de enquadramento”, diz.

“Garantir que a palavra ‘pessoa’ exista plenamente na experiência de sermos mulheres negras na universidade é, ao mesmo tempo, nosso maior desafio e um de nossos maiores legados para a Ciência e para as futuras gerações”, conclui a docente da Faculdade de Educação.

Censo Nacional da Educação Superior de 2023 indicam que elas são apenas 7,5% dos mais de 397 mil professores universitários.



“EM 60 ANOS DE DIPLOMACIA, NUNCA VIVI UM TEMPO SEMELHANTE A ESSE”

> Em conferência promovida pela AdUFRJ, embaixador Celso Amorim revela sua apreensão com as recentes ações militares dos Estados Unidos em desrespeito ao direito internacional e defende o diálogo como caminho para a paz mundial

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Pouco mais de 48 horas depois dos primeiros ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, que culminaram com a morte do líder supremo persa, o aiatolá Ali Khamenei, o embaixador Celso Amorim advertiu que a guerra “pode ter consequências gravíssimas” e defendeu o diálogo como único caminho possível para a paz. No Salão Dourado do Palácio Universitário, no campus Praia Vermelha, que foi pequeno para abrigar tanta gente, o ex-chanceler e atual assessor especial da Presidência da República foi aplaudido de pé após a conferência “O Brasil e o cenário internacional para 2026: desafios e oportunidades”, promovida pela AdUFRJ, no dia 2 de março.

“Em 60 anos de diplomacia, nunca vivi um tempo semelhante a esse”, ponderou Amorim, referindo-se, sobretudo, às interferências militares dos Estados Unidos sob o governo de Donald Trump. Ele voltou a usar a expressão “devemos nos preparar para o pior” para acentuar as incertezas advindas de uma guerra prolongada entre o Irã, os Estados Unidos e Israel. “Quantas pessoas estarão envolvidas nesse conflito, quantas morrerão? Vão dizer que não havia outra solução?”

Difícil é você brigar pelo diálogo até encontrar uma solução que não seja a guerra. Esse é que é o mérito do ser humano, é para isso que a gente vive, para o bem da humanidade, e não para a destruição?”

Na apresentação, a presidenta da AdUFRJ, professora Ligia Bahia, lembrou que foi a terceira palestra proferida por Amorim na UFRJ. “Ele esteve aqui em 2004 e em 2024. E volta hoje em um momento de tensão mundial. Quando o convidamos, pouco depois do ataque dos Estados Uni-

dos à Venezuela, nem imaginávamos que uma crise como essa do Oriente Médio estaria próxima. É um privilégio tê-lo aqui”, disse Ligia, que compôs a mesa da conferência ao lado do conferencista e do vice-presidente da AdUFRJ, professor Michel Gherman.

Na plateia, formada basicamente por professores e estudantes da UFRJ, estavam a mulher Karen Sacconi, dois filhos (João e Pedro) e três netas do diplomata. O reitor da UFRJ, Roberto Medronho,

a vice-reitora Cássia Turci, pró-reitores, decanos e diretores de unidade também prestigiaram a conferência.

Ministro das Relações Exteriores dos governos Itamar Franco (1993-1994) e Lula (2003-2010), e ministro da Defesa no governo Dilma Rousseff (2011-2014), Celso Amorim enalteceu o papel da universidade na convivência e no debate de divergências, e defendeu a soberania contras as interferências externas. Veja a seguir os destaques da conferência.

#OrgulhoDeSerUFRJ

FOTOS: FERNANDO SOUZA



MUNDO SEM REGRAS

A maior característica dos nossos tempos é essa imprevisibilidade e a aceleração da história. Os gregos tinham duas palavras para definir o mundo: caos e cosmos. O caos era a confusão geral, uma massa diforme. E quando essa massa se organiza ela passa a ser o cosmos, algo orgânico, que tem regras. O que estamos assistindo hoje não é uma evolução do caos para o cosmos, mas uma involução do cosmos para o caos. De um mundo com regras, ainda que defeituosas, injustas e assimétricas, para um mundo absolutamente sem regras, que é o que vivemos hoje em dia. Em 60 anos de diplomacia, nunca vivi um tempo semelhante a esse.

ATAQUES AO IRÃ

É a primeira vez na história que os Estados Unidos matam o líder de um país no início do conflito. É difícil medir quais serão as consequências desse ataque. Mas uma coisa é certa: essa guerra não vai ser um passeio. Não será como foi a invasão do Iraque. O Irã é uma civilização de 3 mil anos, um país de 90 milhões de habitantes. Não se pode esperar que isso seja algo simples, rápido. É algo que vai durar muito.

DESORGANIZAÇÃO GLOBAL

Eu servi no Conselho de Segurança da ONU no período pós-Guerra Fria. Havia uma preocupação de procurar legitimar as ações militares no conselho. A primeira invasão (dos Estados Unidos) ao Iraque foi aprovada pelo Conselho de Segurança. E a segunda, já com George Bush filho, não foi aprovada, mas foi ao menos levada ao conselho. Dizia (François) de La Rochefoucauld que a hipocrisia é um tributo que o vício paga à virtude. Então havia ao menos a preocupação de



mostrar que se estava fazendo as coisas de acordo com as regras. E hoje, qual é o limite? Quando a gente vê o presidente do Estado mais importante do mundo dizer que não segue o direito internacional, que segue a sua própria moralidade, o que pensar? Desordem é pouco, o que vemos é uma desorganização global.

VENEZUELA

O caso da Venezuela é gritante e aflitivo, com o sequestro de um presidente. Nós já vimos muitas interferências externas na América Latina, mas elas vinham por debaixo do pano. Quando você vê a maneira como (Nicolas) Maduro foi tirado de lá lembra mais Saddam Hussein do que (Salvador) Allende. Allende teve uma aura de heroísmo, de luta. Maduro foi le-

vado na calada da noite para uma prisão nos Estados Unidos. Uma coisa absurda.

SOBERANIA

Hoje se confunde, de forma proposital, a ideia de multipolaridade com a de áreas de influência. Você aceita que possa haver vários centros de poder desde que cada um tenha o seu quintal. E aí entra a nossa situação. O Brasil pretende agir com independência, procurar resolver seus problemas, que são grandes, sem interferências externas. E, claro, sem o absurdo de uma intervenção como a que foi feita na Venezuela. Isso é assustador.

TERRAS RARAS

Uma questão mais atual e que gera muita confusão é a dos minerais críticos e das

terras raras. Há aqueles que só querem vender rapidamente, não querem investir. Alguns falam isso do Brasil. É o mesmo que falavam do petróleo. Hoje o Brasil é o sexto ou sétimo maior produtor de petróleo do mundo. Com os minerais críticos acontece a mesma coisa. Há quem defenda abrir as concessões porque não haveria recursos para investir. E há aqueles, nos quais me incluo, que seguem a linha desenvolvimentista do saudoso Celso Furtado: vamos primeiro definir as nossas necessidades. O que precisamos de minerais críticos para produzir não só carros elétricos, mas também baterias ou armamentos modernos capazes de impedir o que aconteceu na Venezuela?

CUBA

Cuba é um caso de estrangulamento do povo. Tenho grande apreensão com o que pode acontecer lá. Mas disse uma vez a um grupo de deputados norte-americanos: vocês perderam a guerra contra Cuba. Eles resistem há mais de 60 anos debaixo desse bloqueio, eles venceram.

DIÁLOGO

O que não se pode abandonar é a busca da paz. A paz justifica a existência da democracia. É o que explica a necessidade de que várias nações coexistam com suas diferenças. Estamos num mundo em guerra. Não falei aqui de meio ambiente, de desigualdades. Um dos males da guerra é obstruir a discussão de outras questões fundamentais. Por isso fico feliz de estar aqui. A universidade é um lugar privilegiado, é um lugar plural, onde todas as pessoas convivem com suas crenças, com suas religiões, ou não religiões, e discutem. É o diálogo que pode salvar a humanidade. O diálogo é o nome da paz.

Informe da tesouraria da AdUFRJ



**DANIEL
NEGREIROS
CONCEIÇÃO**
Professor do IPPUR
e 1º tesoureiro da
AdUFRJ

TESOURARIA ANALISA CONTRIBUIÇÕES AO ANDES-SN

A ADUFRJ É A MAIOR CONTRIBUINTE INDIVIDUAL E
RESPONDE POR 7,1% DA RECEITA DO SINDICATO NACIONAL

AS 10 MAIORES CONTRIBUINTE AO ANDES-SN EM 2024

| # | SEÇÃO | TOTAL AO ANDES | % RECEITA | REGIÃO | DOCENTES (EST.) |
|---------------------|-----------|----------------------|--------------|----------------|-----------------|
| 1. | ADUFRJ | R\$ 1.363.857 | 7,1% | Rio de Janeiro | 4.000 |
| 2. | APUFPR | R\$ 1.210.760 | 6,3% | Sul | 2.000 |
| 3. | ADUSP | R\$ 1.183.336 | 6,1% | São Paulo | 5.300 |
| 4. | ADUFF | R\$ 1.032.642 | 5,4% | Rio de Janeiro | 3.500 |
| 5. | ADUFC | R\$ 999.210 | 5,2% | Nordeste | 2.200 |
| 6. | ADUNICAMP | R\$ 777.826 | 4,0% | São Paulo | 1.800 |
| 7. | ADUnB | R\$ 731.136 | 3,8% | Planalto | 2.600 |
| 8. | ADUFES | R\$ 698.606 | 3,6% | Leste | 1.650 |
| 9. | ADUFMAT | R\$ 656.999 | 3,4% | Pantanal | 1.700 |
| 10. | ADUFU | R\$ 654.457 | 3,4% | Leste | 2.100 |
| TOTAL TOP 10 | | R\$ 9.308.829 | 48,3% | | |

FONTE: Prestações de contas ANDES-SN 2024. **Elaboração:** Tesouraria ADUFRJ.

A Tesouraria da AdUFRJ concluiu um levantamento sobre as contribuições das seções sindicais ao Andes-SN em 2024. O estudo sistematizou dados das prestações de contas mensais do Andes-SN para todas as 109 seções filiadas e cruzou essas informações com dados financeiros publicados pelas próprias seções.

A AdUFRJ repassou R\$ 1.363.857 ao ANDES-SN em 2024, entre repasses regulares, fundo único e contribuições eventuais — o maior valor entre todas as seções, correspondendo a 7,1% da receita total do sindicato nacional (R\$ 19,3 milhões).



A ADUFRJ repassou R\$ 1.363.857 ao ANDES-SN em 2024, entre repasses regulares, fundo único e contribuições eventuais — o maior valor entre todas as seções, correspondendo a 7,1% da receita total do sindicato nacional (R\$ 19,3 milhões)

As 10 maiores seções — menos de 10% das 109 filiadas — respondem por 48,3% da receita do Andes-SN. A concentração evidencia o peso desproporcional das grandes seções no financiamento da estrutura nacional.

O estudo verificou o cumprimento do Art. 72 do Estatuto do Andes-SN, que determina repasse de 0,2% dos vencimentos ao nacional (equivalente a 20% da arrecadação com contribuições). Das seções com dados disponíveis, todas praticam taxas compatíveis, em faixa entre 17% e 21%. A análise também registrou dificuldades de acesso a dados financeiros de várias seções, que não publicam prestações de contas acessíveis ou o fazem com muito atraso (mais de um ano). Comparada à maioria das seções

analisadas, a AdUFRJ se destaca pela publicação periódica e discriminação detalhada de receitas e despesas, o que permitiu uma análise substancialmente mais completa da evolução de sua situação financeira do que da maioria das outras seções.

Como próximo passo, a Tesouraria avaliará a viabilidade de redução temporária do percentual de repasse durante o período de aquisição da sede própria da AdUFRJ, a ser negociada junto às instâncias deliberativas do Andes-SN. O argumento é que o investimento em infraestrutura permanente de uma seção beneficia o movimento docente nacional, justificando condições especiais durante o esforço financeiro da obra.

Artigo



**ELEONORA
ZILLER**
Professora da
Faculdade de Letras
e ex-presidenta da
AdUFRJ

45 ANOS DO ANDES E A POLILAMININA

Já faz um tempo, recebi uma matéria produzida pela diretoria do nosso sindicato nacional sobre o aniversário da fundação do Andes. Reivindicam sua história, reforçam que os compromissos são os mesmos daqueles anos, que a luta continua... e aí eu pergunto: será mesmo? A quantas anda o nosso sindicato nacional?

Um paradoxo me chamou a atenção. O texto ressalta o papel fundamental que a AdUFRJ teve nesse processo, em dois momentos históricos: a organização do Encontro Nacional Extraordinário (ENExAD), que teve uma participação recorde de 49 ADs, quando foi tomada a decisão histórica de convocar o Congresso Nacional de Docentes Unificados (CNDU) para a criação da entidade nacional. E, anos depois, a assembleia de criação do Sindicato Nacional, substituindo a antiga Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior. É importante lembrar ainda, isso não está no texto, que o segundo presidente da Andes foi o Luís Pinguelli Rosa, professor da Coppe/UFRJ. E o que a tal matéria ressalta, o que seria a sua maior característica, mantida até hoje, é a vinculação do Andes às bases, porque é de baixo para cima que se faz o Andes Sindicato Nacional...

Mas... não é bem assim que a banda está tocando faz tempo. A AdUFRJ é a maior associação vinculada ao Andes, está entre as maiores contribuições financeiras, tem levado as maiores delegações para os Congressos e Conselhos (Conads), sempre numa composição pluralista, respeitando a diversidade de posicionamentos existente na sua base de atuação sindical. Tem mantido altos níveis de participação nas eleições, contribuindo de forma objetiva e material com o fortalecimento da entidade. Tem sido nos últimos 11 anos uma voz crítica à diretoria que se mantém no cargo há décadas, mas sempre se expressando de forma transparente e democrática.

Com toda a certeza, a AdUFRJ realizou uma das maiores assembleias para eleição de delegados para o 44º Congresso, que foi realizado há alguns dias, em Salvador, e a escolha da delegação, feita de forma direta e secreta, mobilizou 387 docentes. Não há delegação que tenha alcançado sequer a metade desses números ao ser eleita. Há fortes delegações compro-



DIVULGAÇÃO/ANDES



A diretoria do Andes pode preferir não ver, não saber, mas escolher não ter no seu Congresso delegações amplas, que tenham representação real entre a maioria dos docentes, é inadmissível, é decretar sua falência. É o aviso do fim”

metidas com a pauta da diretoria, com as deliberações dos congressos, mas que não reuniram mais que 15 docentes em suas assembleias (isso em universidades com mais de 1.000 sindicalizados).

Para proibir a participação da nossa delegação, a diretoria do Andes argumenta burocraticamente, como tem feito nas últimas duas décadas, principalmente. É o regimento. Mas se o regimento, votado casuisticamente no ano anterior, viola o princípio básico da criação do Andes? Ou seja, acaba com a autonomia das seções sindicais e a real participação da base?

Hoje, a “democracia” exercida pelo Andes se resume a alcançar um controle numérico nas plenárias para realizar uma votação regimental e, assim, rasgar a nossa história? A base da UFRJ escolheu o processo por votação online, para a escolha direta e secreta de seus delegados, assim como modalidade de assembleia por meio de plataforma digital que permite a presencialidade simultânea de diversos campi, a participação de docentes aposentados com dificuldade de locomoção, docentes interessados no movimento, mas que estão em algum congresso ou missão no exterior etc.

A atual diretoria do Andes quer se manter fiel a uma forma de organização do movimento sindical do século passado. E não porque seja o mais democrático e garanta o vínculo orgânico com a sua categoria, mas sim porque dessa forma ela mantém uma rede de militância capaz de controlar a máquina sindical e deixá-la nas mãos do que eles chamam de voto “qualificado”, que é sempre o de valorosos, porém poucos aguerridos companheiros.

Para se manter fiel ao que foi a Andes da década de 1980, é preciso entender que um sindicato forte é um sindicato de todos os professores. TODOS! Inclusive daqueles que não rezam na mesma cartilha das forças políticas que compõem a diretoria, mas são comprometidos com a universidade pública, gratuita, democrática e de excelência, produtora de pesquisa de ponta, voltada para a resolução dos grandes problemas, das dores reais de nossa gente, de todas as gentes.

Explico agora o título desse texto: a

polilaminina, ainda em fase de testes, é o resultado de mais de duas décadas de pesquisa na UFRJ, é capaz de recompor as conexões interrompidas por traumas e já devolveu movimento a tetraplégicos. Não é pouco, e embora seus resultados não sejam definitivos, são promissores. E é dela que precisamos!!!! Nós precisamos devolver as conexões perdidas entre a diretoria de nosso sindicato com sua imensa base de professores envolvidos em pesquisa de ponta que hoje estão taciturnos, sem entusiasmo e pouco mobilizados. E queira a diretoria do Andes ou não, a AdUFRJ tem demonstrado na prática que isso é possível!!! Temos alcançado números muito expressivos de participantes em todas as nossas votações, temos garantido a participação ampla de nossa base, e é um absurdo que o Andes prefira que fiquemos fora do Congresso.

Façamos um esforço para olhar com olhos livres: a professora Tatiana Sampaio, docente da UFRJ, está em todas as mídias por conta de sua pesquisa com a polilaminina, denunciando o significado nefasto do corte de verbas para a Ciência, de forma independente, ativa e corajosa. Essa sua fala repercutiu em toda a sociedade, chegando até aquelas famílias que acreditam numa campanha sórdida contra as universidades públicas que a extrema direita vem fazendo. E um detalhe que não nos deve escapar: de 2017 a 2019, a Tatiana integrou a diretoria da AdUFRJ, como segunda secretária, na gestão da saudosa Maria Lucia Werneck.

A diretoria do Andes pode preferir não ver, não saber, mas escolher não ter no seu Congresso delegações amplas, que tenham representação real entre a maioria dos docentes, é inadmissível, é decretar sua falência. É o aviso do fim. A diretoria tem até o direito de manter o histórico da entidade desatualizado no site, sem explicar que já não é mais filiada ao Conlutas (alguém ainda se lembra do Conlutas e do “fora todos?”). Mas não pode proibir que sua base que se manifeste livremente, questionando seus procedimentos burocráticos excludentes. Podem ficar enfurecidos, mas alguém precisa dizer que o rei está nu. Permanecendo nessa política, lhe restará o isolamento, a ausência de conexão, a falta de diálogo com quem está no front, produzindo e pensando um país melhor.



ESPECIAL MULHER

Elas são MULTIDÃO

FOTOS: FERNANDO SOUZA



ELAS SÃO DIVERSAS E QUEREM VIVER SEM MEDO

REDAÇÃO
comunica@adufrrj.org.br

A Semana da Mulher começou com um domingo de sol, muita poesia, luta e dor. O 8 de Março carioca reuniu mulheres de todas as idades na orla de Copacabana para denunciar o feminicídio e todas as formas de violência de gênero. Enquanto gritavam pela vida, a 45 quilômetros de distância, Tatiana de Carvalho Paulino era assassinada a facadas pelo ex-namorado Alessandro da Silva Carvalho, no Jardim Catarina, em São Gonçalo. Ele não aceitava o fim da relação.

“A AdUFRJ apoia integralmente a pauta do feminicídio zero”, afirma a presidente Lígia Bahia. “Esta é uma agenda central, sobretudo neste ano eleitoral de 2026”. O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres em todo o mundo. O feminicídio é a consequência final das violências de gênero — físicas e simbólicas — que ainda encontram eco na sociedade e reverberam até mesmo em espaços destinados à diversidade e ao conhecimento, como as universidades. “A universidade não é uma ilha”, observa a ouvidora da Mulher, professora Angela Brêtas.

Esta edição especial do Jornal da AdUFRJ convida a uma importante reflexão sobre os avanços conquistados pelas mulheres na carreira científica e os desafios que ainda insistem em permeiar o ambiente acadêmico. Ouvimos professoras, servidoras e pós-graduandas que carregam um sentimento em comum: a coragem de mudar suas trajetórias e impactar a vida das próximas gerações.

Dados do MCTI mostram que mulheres são maioria das matrículas ativas

na pós-graduação. Elas são 57% do total de mestrandos e doutorandos do país. No entanto, no decorrer da carreira acadêmica, o número se inverte. Entre bolsistas de produtividade IA do CNPq, elas são apenas 23%.

A baixa representatividade é sentida, sobretudo, em cargos de liderança. Um dos entraves a essa ascensão na carreira é o assédio. Pesquisa inédita revela que 74% dos servidores da UFRJ já sofreram assédio moral no ambiente de trabalho. A maioria das vítimas (67%) é de mulheres. Apenas 23% denunciaram a prática. “Elas alegaram falta de confiança nos canais ou na responsabilização do culpado”, diz a professora Alzira Guarany, responsável pela pesquisa.

Se as barreiras são grandes, a força de ultrapassá-las é ainda maior. Especialmente diante do horror da guerra. É o que demonstra a professora Maral Mostafazadehfarid. Docente do Instituto de Matemática há sete anos, ela saiu do Irã em busca de liberdade acadêmica e anseia pela paz. “Precisamos continuar tentando, aprendendo e acreditando que é possível construir caminhos de paz”.

Também iraniana, a aluna de mestrado da Coppe, Leili Barbashi, traduz as dores de ser estudante e mulher no regime dos aiatolás. “No Brasil, universidade é um lugar para encontrar sua voz; no Irã, é um lugar onde você aprende a silenciá-la”.

O desejo de seguir construindo caminhos é o que inspira Annah Pinheiro. Aos 26 anos, ela é a professora mais jovem da UFRJ. “Se hoje posso estar aqui, é porque muitas professoras vieram antes e abriram caminhos. Meu desejo é que possamos seguir construindo esse espaço juntas”.



ESPECIAL MULHER

Elas são CIENTISTAS

‘EFEITO TESOURA’ AINDA É DESAFIO NA ACADEMIA

> Embora mulheres sejam maioria na graduação e na pós-graduação, a presença diminui na medida em que avançam os níveis da carreira acadêmica. Elas são apenas 23% dos IA do CNPq

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Nos últimos 20 anos, o Brasil avançou na busca pela equidade de gênero na pesquisa. Hoje, 49% das autorias de artigos científicos brasileiros são de mulheres, o que deixa o país em terceiro lugar no ranking mundial de participação feminina na pesquisa. Os ótimos números, no entanto, escondem grandes desafios ainda enfrentados pelas científicas. Ao longo do desenvolvimento da carreira acadêmica, as mulheres deixam de ser maioria e se tornam minoria. Esse é o chamado “efeito tesoura”, que descreve a queda desproporcional de mulheres em cargos de liderança científica.

Dados do Plano Nacional da Pós-Graduação mostram que mulheres são maioria entre os estudantes de pós-graduação. Elas representam 57% do total das vagas ativas. Quando falamos das doutoras formadas, o número cai para 54%. Elas são 43% dos docentes de pós-graduação e apenas 35% do total de bolsistas de produtividade do CNPq. No nível mais alto da bolsa, a de Pesquisador 1-A, as mulheres são apenas 23%.

Para tentar mudar essa realidade, agências de fomento estaduais e federais passaram a desenvolver uma série de iniciativas, como editais específicos para mulheres e prêmios para destacar a atuação feminina na pós-graduação. Além dessas iniciativas, há ações que buscam pontuar diferencialmente ou reconhecer os períodos de licença-maternidade das pesquisadoras. Muitas dessas ações foram pautadas pelo movimento Parent in Science.

A professora Sabrina Baptista Ferreira é a embaixadora do Parent in Science na UFRJ. Ela conta que foi do grupo a iniciativa de pleitear junto ao CNPq a introdução da linha que indica os períodos de licença-maternidade no Currículo Lattes. “Tivemos atuação nessa conquista e em outras. Hoje a Plataforma Sucupira, da Capes, tem o campo destinado à licença-materni-



EFEITO TESOURA

Etapa da carreira científica

MULHERES**
HOMENS*

Estudantes de pós-graduação (mestrado/doutorado)

**57%

*43%

Doutorado concluído

**54%

*46%

Docentes de pós-graduação

**43%

*57%

Bolsas de produtividade do CNPq

**35%

*65%

Nível mais alto da bolsa (PQ-1A)

**23%

*77%

*FONTE: Relatório do Plano Nacional da Pós-Graduação (MCTI)

BARREIRAS ATITUDINAIS

Esses rótulos estariam dentro de um conjunto de atitudes que a professora Ana Cristina Barros da Cunha, titular do Instituto de Psicologia, chama de barreiras atitudinais. “São barreiras que todas as minorias que não têm direitos assegurados enfrentam”, explica. “Essas barreiras são relacionadas a crenças, que geram as atitudes e formam rótulos frente a tudo que é feminino. Crença de que a mulher é mais frágil e, por isso, inábil para determinadas tarefas. Mas

há um fator de correção para alunas mães. Enfim, são várias frentes”.

Apesar dos avanços, ainda há um longo trajeto a percorrer. “Indicamos, por exemplo, a importância de termos mais mulheres em Comitês de Área. O que percebemos muito fortemente é o ‘efeito tesoura’ na ciência. Há um número muito mais expressivo de mulheres do que de homens na graduação, mas esse número começa a se inverter quando chegamos à carreira acadêmica”.

O esforço, segundo a docente, é que essas iniciativas se traduzam em políticas públicas para garantir a ampliação da participação de mulheres em todos os níveis da carreira, não só nos iniciais. “Por isso precisamos batalhar para que mais mulheres estejam em posições de liderança e decisão. Diversidade de gênero se traduz em diversidade de ideias e ações”, defende. O estereótipo, para a docente, ainda é um desafio para as pesquisadoras. “Quando uma mulher levanta a voz e tenta se impor numa reunião, ela é caracterizada como estressada, nervosinha. Ainda é um grande desafio para as docentes pesquisadoras se impor sem serem rotuladas”.

Essas barreiras, de acordo com a pesquisadora, não se traduzem em falas diretas de interdição. “Ninguém fala que você não pode ser uma diretora porque você é mulher, mas as atitudes dizem isso quando invalidam a sua fala, por exemplo”, aponta. “Essas barreiras atitudinais, então, se transformam em barreiras de acesso, que são ainda mais sentidas pelas mulheres mães, trans, negras”. Ela cita o exemplo da UFRJ. “Não temos o benefício da creche na universidade para deixar os filhos. Isso facilitaria a rotina feminina de dupla jornada e ajudaria no desempenho na vida profissional e pessoal. Isso se torna uma barreira concreta que vai exigir manobras e criação de estratégias para conciliar a maternidade”, diz a pesquisadora. “Embora a maternidade faça parte do feminino, ela não é considerada dentre os desafios para a realização profissional de uma mulher”.

A docente alerta para os efeitos emocionais causados pelas barreiras impostas, somadas à grande exigência de performance acadêmica e à atuação em casa, nos cuidados com filhos ou pais idosos. “Tudo isso gera sobrecargas física, emocional e mental, que podem se desdobrar como quadros psicossomáticos e transtornos mentais comuns”, explica Ana Cunha. “Quando o estresse chega a um nível de exaustão, o corpo grita

e a mulher pode desenvolver psoríase, fibromialgia, síndrome do colo irritável, alopecia. Tudo isso pode gerar quadros ainda mais graves como depressão e burnout”, aponta a pesquisadora. “Especialmente em casos de maior exigência como pesquisadoras científicas com bolsa de produtividade, para quem a alta qualidade da produção científica é obrigatória”.

O desenvolvimento de políticas públicas para a redução desses quadros é um caminho, acredita a docente, mas sozinhas não resolverão o problema. “Se não forem implementadas em níveis de promover a sensibilização e o letramento sobre o feminino, essas políticas vão ser inócuas. A política é uma estratégia, mas a mudança de crenças que sustentam os estigmas sobre a mulher é o grande desafio”.

Diretora de Gestão da Capes, a pesquisadora Luciana Mendonça Gottschall concorda. Ela atua na agência para promover justamente essa sensibilização interna. “Quando pautamos esse debate internamente, atuamos para que essas ações reverberem também nas nossas políticas de pós-graduação e pesquisa”, avalia. “Nós trabalhamos para conscientizar as equipes e avaliadores sobre as violências invisíveis que atingem as mulheres no ambiente de trabalho. Esse processo precisa ser pensado em conjunto com as políticas de promoção da equidade de gênero”, acredita.

Ela conta que no início da gestão da atual presidenta da entidade, a professora Denise Pires de Carvalho (ex-reitora da UFRJ), em 2024, foi instituído na Capes o Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para Equidade de Gênero, e que as ações desenvolvidas têm participação dos homens. “Normalmente falamos para nós mesmas, mas temos investido em trazer homens para esse debate. Eles são gestores, são também avaliadores. Nós gerenciamos políticas públicas na área científica e precisamos dessa mudança de cultura, desobrigar como quadros psicossomáticos e transtornos mentais comuns”, explica Ana Cunha. “Quando o estresse chega a um nível de exaustão, o corpo grita



Elas são PROFESSORAS

ENTREVISTA | ANNAH BÁRBARA PINHEIRO DOS SANTOS, 26 ANOS, PROFESSORA | LOCAL DE NASCIMENTO: SÃO GONÇALO

COM A PALAVRA, A DOCENTE MAIS JOVEM DA UFRJ

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufjr.org.br

É la é a caçula entre os mais de quatro mil professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Annah Bárbara nasceu em São Gonçalo (RJ), tem 26 anos e um orgulho gigante de ser docente do curso de Gastronomia. Não foi fácil chegar até aqui. Na graduação, era bolsista de iniciação científica, monitora e ainda se desdobrava trabalhando numa padaria. Hoje tenta fazer do magistério um espaço diário de transformação de destinos. Particularmente das mulheres.

“Na gastronomia, essa discussão é particularmente importante. Historicamente, a cozinha doméstica foi atribuída às mulheres, enquanto as cozinhas profissionais foram ocupadas majoritariamente por homens e marcadas por hierarquias rígidas e, muitas vezes, ambientes de trabalho hostis”, conta. “Trazer esse debate para a sala de aula significa questionar essas estruturas e construir uma cultura profissional mais justa e respeitosa”.

Por que escolheu ser professora?

Porque acredito profundamente na educação pública como um instrumento de transformação social. A universidade, especialmente em um país marcado por desigualdades estruturais, tem o papel de ampliar horizontes e criar possibilidades que muitas vezes não estavam dadas no início da trajetória de um estudante.

Na gastronomia, isso se torna ainda mais evidente. A cozinha é um espaço onde se cruzam cultura, ciência, política alimentar e cuidado. Ensinar gastronomia não é apenas ensinar técnicas culinárias, mas discutir sistemas alimentares, sustentabilidade, saúde coletiva e o direito humano à alimentação adequada. Ser professora, para mim, é justamente participar desse processo de formação crítica, ajudando estudantes a compreender que cozinhar também é um ato político e social.

Ser mulher hoje é conviver com o medo diário. Qual o papel de uma professora para reduzir a violência de gênero?

A universidade é fundamental para transformar mentalidades e estruturas sociais. Como professora, acredito que nosso papel é contribuir para formar profissionais e cidadãos capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades de gênero.

Na gastronomia, essa discussão é particularmente importante. Historicamente, a cozinha doméstica foi atribuída às mulheres, enquanto as cozinhas profissionais foram ocupadas majoritariamente por homens e marcadas por hierarquias rígidas e, muitas vezes, ambientes de trabalho hostis.

Trazer esse debate para a sala de aula significa questionar essas estruturas e construir uma cultura profissional mais justa e respeitosa.

Reduzir a violência de gênero passa também por educação, por diálogo e por visibilidade. Cada aula pode ser um espaço de construção de novas referências,



ACERVO PESSOAL

onde respeito, equidade e cuidado sejam valores centrais.

Como imagina que será o ofício docente daqui a 40 anos, quando você tiver apenas 66 anos?

Imagino que o ofício docente continuará sendo profundamente humano, mesmo em um mundo cada vez mais mediado por tecnologia. Ferramentas digitais e inteligência artificial certamente transformarão a forma como acessamos e produzimos conhecimento, mas o papel do professor continuará sendo o de mediar, contextualizar e dar sentido a esse conhecimento.

Na gastronomia, acredito que veremos mudanças muito significativas relacionadas à sustentabilidade, aos sistemas alimentares e às novas relações de trabalho.

A formação universitária terá um papel fundamental em preparar profissionais capazes de lidar com os desafios climáticos e sociais do futuro. Espero que, daqui a 40 anos, a universidade pública

continue sendo um espaço de pensamento crítico, diversidade e compromisso com a sociedade. E a gastronomia seja um espaço profissional com regulamentação e organização trabalhista forte.

Qual mensagem gostaria de deixar para as docentes mais experientes?

Gostaria de expressar, antes de tudo, minha profunda admiração e gratidão. A universidade pública que hoje habitamos foi construída por gerações que dedicaram suas vidas à educação, à pesquisa e à defesa do conhecimento. Às professoras, em especial, agradeço por todas as portas que foram abertas e lutas que foram sustentadas para que hoje eu e diversas outras jovens pesquisadoras tenham espaço na universidade. Para quem chega agora à docência, essas trajetórias são referências fundamentais. A universidade é, em essência, um projeto coletivo entre gerações. Se hoje posso estar aqui, é porque muitas professoras vieram antes e abriram caminhos.

Meu desejo é que possamos seguir construindo esse espaço juntas, com diálogo, respeito e compromisso com a educação pública.

Qual o desafio de ser docente com apenas 26 anos de idade?

Ser uma professora jovem traz desafios e também possibilidades. Ter uma idade próxima à dos estudantes cria uma dinâmica particular em sala de aula. Essa proximidade muitas vezes facilita o diálogo e torna o ambiente de aprendizagem mais aberto, pois os alunos se sentem confortáveis para compartilhar dúvidas, experiências e desafios da profissão. No entanto, essa mesma proximidade exige um cuidado constante na construção da autoridade pedagógica e na definição de limites claros em relação à ética profissional. A questão geracional também se cruza com questões de gênero. Em muitos ambientes acadêmicos e profissionais, professores homens jovens podem circular em espaços mais informais com os alunos sem que isso seja necessariamente questionado ou implique sobre a sua imagem profissional.

Para uma professora mulher, especialmente sendo jovem, existe frequentemente uma expectativa de delimitar essas fronteiras de forma mais explícita. Procuo lidar com isso de maneira serena, mas consciente, estabelecendo parâmetros claros de respeito, profissionalismo e responsabilidade nas relações. Ao mesmo tempo, fui muito bem recebida pelos colegas e alunos e encontrei um ambiente de grande acolhimento e validação profissional na UFRJ, o que torna esse início de carreira seguro e estimulante.

Na gastronomia, essa proximidade geracional também permite que debates muito presentes na realidade dos alunos apareçam com força no espaço acadêmico. Questões relacionadas às condições de trabalho nas cozinhas profissionais, às jornadas exaustivas e às discussões atuais sobre modelos, como a escala 6x1, fazem parte do cotidiano de muitos estudantes que já atuam no setor.

Trazer essas experiências para a universidade é fundamental para que possamos refletir criticamente sobre o mundo do trabalho na gastronomia, e pensar caminhos mais justos e sustentáveis para a profissão. Acredito que a juventude também traz uma escuta atenta às transformações do presente. Estamos vivendo debates intensos sobre sustentabilidade, cultura alimentar, sistemas produtivos e justiça social. Estar próxima da geração de estudantes me permite dialogar com essas mudanças de forma muito viva. Tento transformar essa condição em uma ponte entre tradição e inovação, entre o conhecimento consolidado e as inquietações do nosso tempo.



Elas são EXTENSIONISTAS

A FORÇA FEMININA PARA ALÉM DOS MUROS DA UFRJ

> Maior parte dos projetos de extensão da universidade está sob coordenação de mulheres. Alguns, como o “Tem Menina no Circuito”, atraem jovens estudantes do Ensino Médio para a academia

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Em 2014, na primeira turma de alunas do Ensino Médio inscritas no projeto de extensão “Tem Menina no Circuito”, a professora Thereza Paiva, do Instituto de Física, teve uma grande alegria e uma imensa decepção. Das cinco alunas participantes, duas ingressaram na UFRJ — e viriam a se tornar professoras, uma de Física e a outra, de Português. Mas uma terceira aluna, em quem as criadoras do projeto depositavam muita esperança, sumiu do mapa. “Aprendemos desde o início que há barreiras imensas que as mulheres têm que superar para seguir adiante dos estudos. E na própria vida”, reflete Thereza.

A professora recorda que, ao conceber o projeto com as colegas do IF Elis Helena Sinnecker e Tatiana Rappoport, a nobre intenção de atrair jovens mulheres de periferias para o campo das Ciências Exatas se deparou com a realidade que muitas vezes fica escondida em histórias como a da aluna que sumiu do mapa: “Nós tentamos saber com colegas dela o que tinha acontecido e descobrimos que o pai dela, um pastor evangélico, não havia deixado ela ingressar na universidade. Naquela linha de que mulher que estuda questiona muito e não arruma marido. Foi muito triste, mas essa é uma realidade de muitas meninas como ela, um problema com o qual nos deparamos e que nos encorajou a prosseguir”.

sendo, mudar essa realidade”, diz Thereza. Atualmente, o projeto atua em seis escolas públicas de regiões periféricas do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Realengo, São João de Meriti e Rocinha), onde oferece oficinas de eletrônica com materiais alternativos, atraindo a atenção das alunas para temas que antes pareciam distantes de suas realidades. Além disso, o projeto oferece aulas ministradas por alunas da UFRJ para preparar as meninas do terceiro ano do Ensino Médio para o Enem — o chamado “Terceirão”. Em 2019, o projeto se expandiu para uma escola pública de Uberlândia (MG).

DESEJO E REALIDADE

A participação das monitoras tem sido fundamental para criar uma conexão entre as estudantes e o ambiente universitário. “A evasão nos cursos de Exatas é alta, não quer dizer que as meninas que ingressam na graduação chegarão ao final do curso. Mesmo em uma universidade gratuita, há os custos de alimentação e transporte, sobretudo para pessoas de baixa renda e que vivem nas periferias. Então nós tentamos ajudar essas meninas com a oferta de bolsas de monitoria”, explica Thereza.



DIVULGAÇÃO

Em 2022, o “Tem Menina no Circuito” foi o vencedor do Nature Awards for Inspiring Women in Science, na categoria “Science Outreach”. O prêmio, concedido pela revista Nature, reconhece as iniciativas voltadas para que meninas se interessem e permaneçam na área das Ciências Exatas.

Para Thereza Paiva, o prêmio foi mais um incentivo para prosseguir. “Eu não vivo só de extensão na UFRJ. Tenho uma carreira de pesquisadora, dou aulas, estou assumindo a coordenação do programa de pós-graduação do IF. O projeto consome muito tempo, mas ele muda a vida das pessoas. Lá atrás, quando começamos, alguns colegas do IF diziam: ‘Ah, você gasta muito tempo brincando de massinha com as meninas, devia estar publicando mais’. E hoje em dia as pessoas passaram a entender o valor do que a gente faz. Quem criticava lá atrás, hoje me dá tapinha nas costas”.

PORTA DE ENTRADA

De acordo com a pró-reitoria de Extensão (PR-5), das 2.222 ações ativas de extensão da UFRJ até o início deste mês, 1.394 são coordenadas por mulheres. É uma maioria considerável e, na visão

da pró-reitora Ivana Bentes, reflete uma firme determinação da extensão em ser uma porta de entrada para as mulheres na universidade. “Temos um ecossistema muito forte na extensão coordenado por mulheres e também voltado para o público feminino, dando visibilidade a temas críticos, como o combate à violência, ao assédio e à desigualdade de gênero”, pontua a professora.

Ivana também destaca a multiplicidade de ações de extensão que envolvem o público feminino: “Chama a atenção a diversidade de temas dessas ações coordenadas por mulheres, tanto para crianças e adolescentes quanto para adultos, desde empreendedorismo, saúde e cultura até alfabetização de jovens e adultos, combate à desinformação e apoio a mulheres no campo dos direitos humanos. Temos uma ação voltada a mulheres encarceradas, outra voltada à formação de conselheiros tutelares, que vão lidar com as questões de proteção a crianças e adolescentes”, enumera ela.

No conceito de porta de entrada, o projeto “Dynamic Women”, coordenado pela professora Luciana Salgado, do Instituto de Matemática, se encaixa como

uma luva. Ele nasceu para confrontar a percepção de que o universo da Matemática é “coisa de homem”. Criado em 2019 para estudantes de graduação e de pós-graduação, o projeto visa a dar mais visibilidade a mulheres que fazem ciência, por meio de debates, palestras e encontros como o “Celebrando a Mulher na Matemática”. Nesses encontros, são exaltadas as conquistas de mulheres como a alemã Amalie Emmy Noether, considerada a “mãe da Álgebra moderna”, e a iraniana Maryam Mirzakhani, a primeira mulher a receber a Medalha Fields, mais alta condecoração mundial no campo da Matemática.

“Por meio de exemplos de mulheres como essas, nós tentamos atrair mais mulheres para a universidade, e quebrar conceitos ainda arraigados. O filme “Picture a Scientist” mostra uma pesquisa interessante. Quando você pede para crianças desenharem um cientista, as de até seis anos desenhavam do seu gênero. A partir dos sete anos de idade, a grande maioria desenha um homem. Há uma mudança de paradigma na visão das crianças, a partir de uma certa idade, de quem faz ciência é o homem. Nesse filme há uma fala de uma professora universitária norte-americana que eu trago comigo, ela diz assim: “No fundo, eu só queria fazer ciência”. Parece simples, né? Mas as mulheres têm que superar muitas barreiras para isso”, reflete Luciana.

O assédio, tanto moral quanto sexual, é uma dessas barreiras, observa a professora. Ela já sentiu isso na própria pele. “Essa frase da professora eu levo comigo. Porque ela resume muita coisa. Ter de estar sempre alerta, sempre tentando se defender. Isso drena energia que deveria estar sendo usada para um bem maior que é fazer a ciência. Só me deixa em paz. Antes de ser matemática, eu cantava e tocava, sou musicista. O assédio é grande, é explícito. Agora a gente ainda pode falar, antes nem podia. E hoje mesmo as pessoas que denunciam sofrem retaliações pesadas. Esse não é o foco do projeto, mas temos que falar sobre isso. Nós estamos aqui, nós somos resistência”, diz a professora.



Elas são **GESTORAS**

ARTE: HIPPERT

ASSÉDIO MORAL É BARREIRA À ASCENSÃO NA CARREIRA

> Pesquisa inédita revela que 74% dos servidores da UFRJ já sofreram assédio moral no ambiente de trabalho. Maioria das vítimas (67%) é de mulheres, e descrédito em punições inibe as denúncias

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Para ascender na carreira na UFRJ, sobretudo no campo da gestão universitária, as mulheres têm que enfrentar um obstáculo muitas vezes silencioso, mas que pode se mostrar intransponível: o assédio moral. É o que revelam os resultados da pesquisa inédita "Assédio moral e outras violências laborais na UFRJ", aos quais o Jornal da AdUFRJ teve acesso com exclusividade. De acordo com o levantamento, 74% dos entrevistados declararam já terem sido vítimas de assédio moral, tendo essa prática se repetido três vezes ou mais, e 67% das vítimas são mulheres.

Iniciada em abril de 2025, com apoio da PR-4 e da Ouvidoria, a pesquisa contou com 823 participantes, sendo 61,84% de técnicos e 38,15% de docentes — percentuais compatíveis com o total de servidores ativos da UFRJ, onde os docentes representam 39,21%, e os técnicos, 60,79%. Para a professora Alzira Guarany, responsável pela pesquisa e coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade (LEPPTraS) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), há outro dado alarmante: apenas 23,65% das vítimas de assédio denunciaram a prática. "Elas alegaram falta de confiança nos canais ou na responsabilização do culpado. Isso é muito grave", diz Alzira.

REFLEXOS NA SAÚDE

Entre as vítimas do assédio, 54,12% declararam que o assediador foi o superior hierárquico. As práticas mais corriqueiras são humilhação na frente dos outros ou em particular, respostas rudes, violência verbal ou ter seus resultados positivos atribuídos a outras pessoas. E mais um dado impressionante: 84,40% afirmaram que ter passado por essa experiência afetou sua saúde física e mental, com o desenvolvimento de ansiedade, depressão, insônia e outros distúrbios. De acordo com um estudo de 2018 da Organização Internacional



“As consequências de ser vítima reiteradamente me parecem muito mais graves no médio e no longo prazos”

ALZIRA GUARANY
Professora da ESS/UFRJ

do Trabalho (OIT), as vítimas de assédio moral apresentam quatro vezes mais probabilidades de desenvolverem depressão, e o dobro de chances de ficarem estressadas.

Segundo a professora Alzira Guarany, a OIT está reven-



“Nossa meta não é apenas chegar ao topo, mas exigir condições plenas, respeito e autonomia”

CÁSSIA TURCI
Vice-reitora da UFRJ

do a necessidade de reiteração para qualificar o assédio moral. "Como pesquisadora e estudiosa do tema, eu avalio que a violência laboral é gravíssima, independentemente da reiteração. Mas as consequências de ser vítima reiteradamente me pare-



“Não gosto da palavra empoderamento. Estamos ocupando os lugares que temos que ocupar”

FABIANA VALÉRIA DA FONSECA
Chefe de gabinete da reitoria da UFRJ

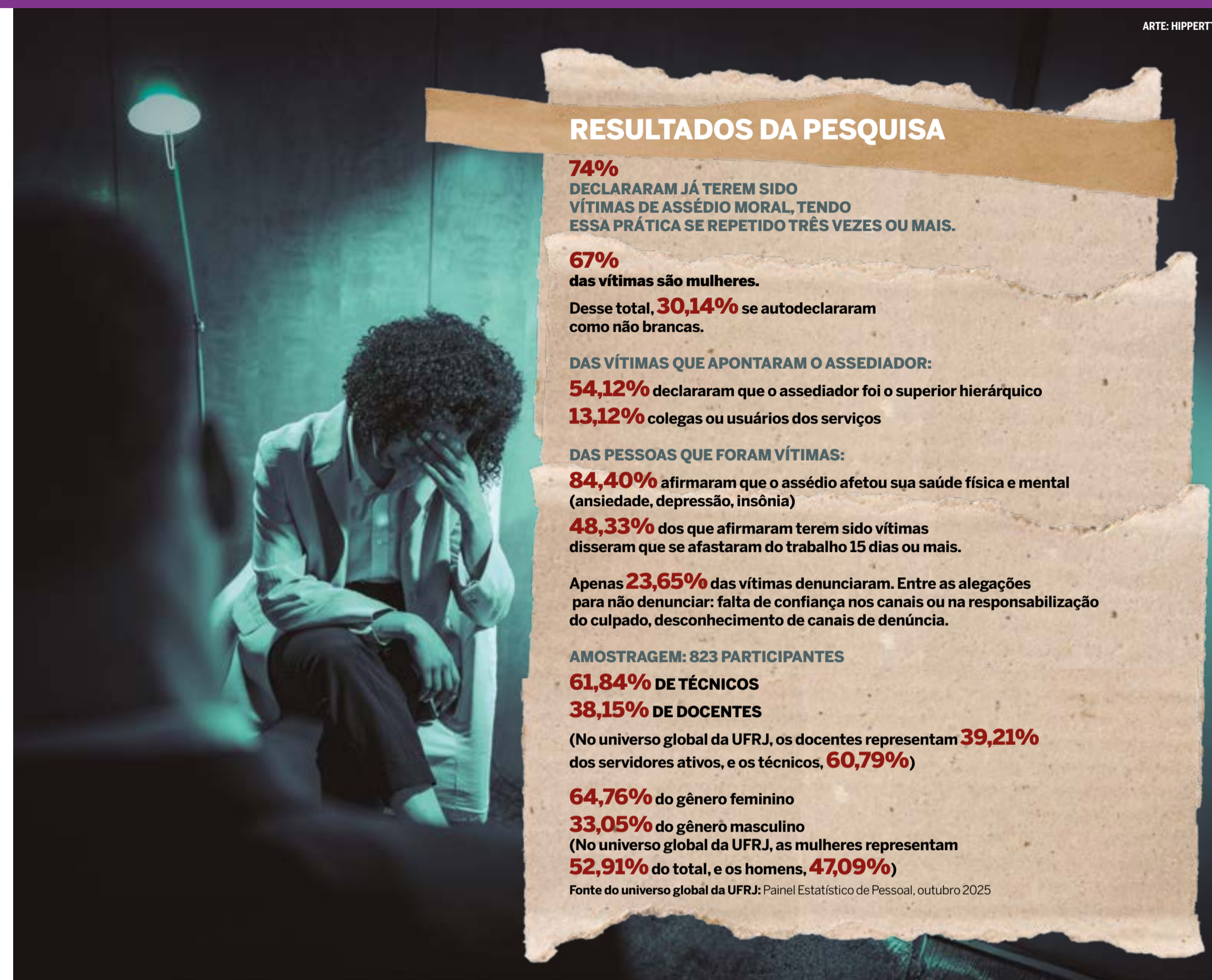
cem muito mais graves no médio e no longo prazos, inclusive com atentados contra a própria vida, temos relatos de situações assim", pondera Alzira. Ela defende uma política única de enfrentamento ao assédio em toda a universidade. "Isso se reflete no



“A universidade sempre viveu num mundo branco, num mundo não inclusivo, num mundo elitista”

DENISE GÓES
Superintendente-geral da SGAADA

baixo percentual de vítimas que fazem a denúncia. Além da falta de confiança, há um desconhecimento dos canais. Se a Escola de Serviço Social tem uma política, o CFCH tem uma, o CCS outra, isso deixa o servidor inseguro. Acho que isso é sintomático”



RESULTADOS DA PESQUISA

74% DECLARARAM JÁ TEREM SIDO VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL, TENDO ESSA PRÁTICA SE REPETIDO TRÊS VEZES OU MAIS.

67% das vítimas são mulheres.

Desse total, **30,14%** se autodeclararam como não brancas.

DAS VÍTIMAS QUE APONTARAM O ASSEDIADOR:

54,12% declararam que o assediador foi o superior hierárquico
13,12% colegas ou usuários dos serviços

DAS PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS:

84,40% afirmaram que o assédio afetou sua saúde física e mental (ansiedade, depressão, insônia)

48,33% dos que afirmaram terem sido vítimas disseram que se afastaram do trabalho 15 dias ou mais.

Apenas **23,65%** das vítimas denunciaram. Entre as alegações para não denunciar: falta de confiança nos canais ou na responsabilização do culpado, desconhecimento de canais de denúncia.

AMOSTRAGEM: 823 PARTICIPANTES

61,84% DE TÉCNICOS

38,15% DE DOCENTES

(No universo global da UFRJ, os docentes representam **39,21%** dos servidores ativos, e os técnicos, **60,79%**)

64,76% do gênero feminino

33,05% do gênero masculino

(No universo global da UFRJ, as mulheres representam **52,91%** do total, e os homens, **47,09%**)

Fonte do universo global da UFRJ: Painel Estatístico de Pessoal, outubro 2025

CULTURA DE RESPEITO

Para a mulher que ocupa o mais alto posto na administração central da UFRJ, o enfrentamento ao assédio é urgente. Vice-reitora, a professora Cássia Turci recorre à sua própria experiência para tratar do tema. "Falar sobre a presença feminina na gestão não é apenas falar de representatividade, mas de uma mudança necessária na cultura institucional. Minha trajetória na gestão, como diretora do Instituto de Química, decana do CCMN e, agora, como vice-reitora, permitiu-me observar de perto que os desafios vão muito além do acesso ao cargo. Ocupar esses espaços exige uma resiliência dobrada", diz Cássia.

Para a professora, as mulheres gestoras ainda enfrentam "formas severas de assédio moral e tentativas de esvaziamento de suas funções". "Ser uma exceção, como no caso da minha gestão no IQ/CCMN, evidencia que o sistema ainda é desenhado por e para homens. A cultura de respeito tem que ser uma política de Estado na UFRJ. Precisamos converter a paridade em uma política institucional permanente, e não apenas uma escolha circunstancial. Isso inclui mecanismos efetivos de proteção contra retaliações e

o fortalecimento de redes de apoio entre gestoras. A presença feminina humaniza a gestão e prioriza os direitos humanos. Nossa meta não é apenas chegar ao topo, mas exigir condições plenas, respeito e autonomia em cada passo do caminho".

Para a professora Fabiana Valéria da Fonseca, chefe de gabinete da reitoria, a presença feminina na gestão da universidade ainda é desproporcional. Embora ela aponte que as mulheres ocupem 14 dos 24 principais cargos da alta administração, a vivência da "dupla jornada" para a mulher ainda é a realidade a ser enfrentada. "A mulher sempre precisou trabalhar, seja em casa ou fora. Somos poucas nos cargos de poder em relação à nossa presença na base da universidade. Há alguns entraves para aumentar essa presença, um deles é o tempo. Nós acumulamos responsabilidades familiares, domésticas, e isso impacta a nossa vida no trabalho. Já me peguei fazendo três ou quatro atividades ao mesmo tempo, hoje tento evitar isso. E a mulher ainda tem que lidar com a culpa. Sempre quis estar com meu filho, acompanhar de perto as atividades dele. E quando não conseguia fazer isso, vinha

A QUESTÃO RACIAL

Para a superintendente-geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ, Denise Góes, não é possível tratar da presença feminina na gestão universitária sem abordar a questão racial. Militante do Movimento Negro Unificado há três décadas, Denise diz que a estrutura da universidade reflete a realidade brasileira. "Existe um modus operandi da

sociedade brasileira secular em relação ao papel da mulher. Mas a mulher negra está numa estratificação bem menor do que a mulher branca, bem menor do que o homem branco, principalmente dentro das universidades públicas federais", aponta.

Para Denise, a população negra, em especial a mulher negra, sofreram durante muito tempo um processo de invisibilização na vida acadêmica. "A universidade sempre viveu num mundo branco, num mundo não inclusivo, num mundo elitista. A partir do advento das políticas públicas, temos outra UFRJ que começa a se movimentar. Mas essa movimentação só acontece com pessoas de carne e osso. Não adianta se as leis sejam promulgadas se a gente não tiver pessoas dispostas a enfrentar essa batalha cotidiana. Somos nós que temos que contar a nossa história".

A titular da SGAADA afirma que há avanços concretos, mas há ainda muito a avançar. "Tenho 36 anos de universidade e lembro perfeitamente da administração central formada só por homens, do reitor aos superintendentes. A posse de Denise Pires de Carvalho como a primeira reitora em 100 anos de UFRJ nos colocou em

outro patamar. Hoje nós temos mais mulheres do que homens na administração central. Mas apenas quatro mulheres negras. Temos que ter mais equidade. Acho que não tem mais como invisibilizar o gênero feminino dentro da universidade, mas a gente precisa de representatividade de todos os segmentos. Representatividade trans, homossexual, de mulheres negras, de quilombolas e de indígenas".

Denise acredita que a SGAADA terá um papel fundamental nessa virada de chave. "O movimento que a SGAADA vem fazendo é para ampliar a discussão sobre o racismo na universidade e na sociedade. Avançamos muito com as políticas públicas de inclusão e hoje temos um perfil étnico-racial mais abrangente, pelo menos entre o corpo discente. Mas precisamos caminhar muito em relação aos servidores. Acho que a UFRJ tem que pensar com celeridade em transformar essa superintendência em uma pró-reitoria, e nem precisa estar sob meu comando, porque a gente se aposenta. Nós não cabemos mais numa estrutura de superintendência, temos aí exemplos em várias universidades federais que instituíram pró-reitorias nesse campo".



ESPECIAL MULHER

ENTREVISTA | LEILI BABASHAHI, 41 ANOS, IRANIANA, MESTRANDA NA COPPE

“NO BRASIL, UNIVERSIDADE É UM LUGAR PARA VOCÊ ENCONTRAR SUA VOZ; NO IRÃ, É UM LUGAR PARA APRENDER A SILENCIÁ-LA”

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrj.org.br

As palavras da iraniana Leili Babashahi são um soco no estômago. Aluna do mestrado na Coppe/UFRJ, ela mora no Brasil há três anos, e traduz em descrições secas o cotidiano de perseguição enfrentado pelas mulheres no Irã. Inclusive as pesquisadoras.

“No Irã, as universidades são centros de vigilância. A segurança do campus funciona como uma espécie de “polícia moral” do governo islâmico. Eles monitoram suas opiniões políticas, sua expressão religiosa e até mesmo suas amizades, conta. “Em 2012, a República Islâmica proibiu oficialmente as mulheres

de ingressar em 77 diferentes áreas de estudo, incluindo Engenharia e Física Nuclear, alegando que seriam “inadequadas” para mulheres. Mesmo quando temos excelentes resultados nos exames, cotas frequentemente limitam nossa admissão em favor dos homens”.

Leili tem saudades da família, sonha em trazer a irmã mais nova para cá, e acompanha com aflição o noticiário sobre a guerra. “O regime islâmico frequentemente impõe apagões de internet, às vezes por semanas, para controlar o fluxo de informações. Isso torna extremamente difícil e angustiante saber se minha família está segura em momentos de instabilidade”, lamenta.

Há quanto tempo você está no Brasil e o que a trouxe para cá?

Estou no Brasil desde fevereiro de 2023. Minha irmã mora aqui há mais de 12 anos, e decidi vir para perto dela para continuar meus estudos e buscar uma vida com dignidade. O que me trouxe ao Rio foi o agravamento da situação no Irã — social, econômica e em relação aos direitos civis, especialmente para as mulheres. Os protestos após a morte de Mahsa Amini, em setembro de 2022, desencadearam o movimento “Mulher, Vida, Liberdade”, um ponto de virada. O governo islâmico respondeu com uma repressão brutal. As restrições aos direitos das mulheres — desde vestimentas e liberdade de expressão até casamento, divórcio, herança e até mesmo a possibilidade de viajar — tornaram a vida cada vez mais insuportável.

Por que você escolheu a UFRJ?

Minha formação é em Tecnologia da Informação (TI), e eu queria continuar meus estudos em dados e engenharia do conhecimento. Eu tinha amigos na UFRJ que me ajudaram a conhecer as oportunidades aqui, e tive a sorte de conseguir uma vaga na universidade. A UFRJ é uma universidade reconhecida mundialmente e oferecia a liberdade acadêmica e o ambiente de pesquisa que eu procurava.

Em que curso você está matriculada atualmente?

Sou estudante de pós-graduação no Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC), com foco na área de Engenharia de Dados e do Conhecimento.



Você se sentiu acolhida na UFRJ?

Sim, me senti muito acolhida. No início, foi difícil me adaptar a uma nova cultura, língua e sistema educacional, mas com o tempo as coisas melhoraram. Durante esse processo, estudantes e professores foram extremamente gentis e solidários. Na UFRJ, encontrei uma comunidade que valoriza a diversidade e incentiva

os estudantes a crescer sem o medo ou a vigilância que eu vivenciei no passado.

Como era o Irã quando você saiu do país?

Quando saí, o Irã enfrentava um colapso econômico e uma sufocante rede de restrições legais. O sistema jurídico, aplicado pelo governo islâmico, favorece

os homens em quase todos os aspectos da vida. Os homens têm o direito unilateral ao divórcio, enquanto as mulheres só podem solicitá-lo em condições extremamente limitadas. Uma das leis mais dolorosas é que as mães frequentemente perdem a guarda dos filhos depois que eles completam sete anos. Mulheres casadas precisam até mesmo da permis-

são do marido para obter passaporte ou viajar. A discriminação começa cedo: meninas menores de 18 anos precisam do consentimento de um tutor masculino para viajar, enquanto os meninos não. Legalmente, uma menina pode se casar aos 13 anos, ou até mais nova com autorização judicial. A herança de uma mulher e seu testemunho em tribunal valem legalmente apenas metade do que o de um homem. Para além dessas leis, o regime censura todos os aspectos da vida e utiliza uma estratégia de “mentiras oficiais” para negar repressões e assassinatos, frequentemente culpando “forasteiros” pela violência que ele próprio pratica.

Como era o ambiente universitário lá?

No Irã, as universidades são centros de vigilância. A segurança do campus funciona como uma espécie de “polícia moral” do governo islâmico. Eles monitoram opiniões políticas, expressões religiosas e até mesmo amizades. Estudantes correm o risco de sofrer punições severas, incluindo expulsão, por defenderem visões contrárias à interpretação do Islã feita pelo governo. Isso cria um estado de profunda ansiedade; você nunca é realmente “apenas um estudante”, mas sim alguém constantemente vigiado.

Quais são as principais diferenças entre as universidades do Irã e as do Brasil?

As diferenças são enormes. No Brasil, vejo estudantes concentrados em suas pesquisas sem o medo de serem expulsos por suas crenças pessoais. No Brasil, a vida universitária é centrada no aprendizado e no crescimento pessoal. Os estudantes debatem abertamente política e religião — algo que no Irã poderia levar à prisão. As universidades brasileiras oferecem recursos para o bem-estar e a saúde mental dos estudantes, algo que muitas vezes não existe no Irã. Aqui, a roupa é uma escolha pessoal; no Irã, o uso obrigatório do hijab é uma exigência para poder estudar. No Brasil, universidade é um lugar para encontrar sua voz; no Irã, é um lugar onde você aprende a silenciá-la.

As diferenças atingem também a infraestrutura dos campi?

As diferenças atingem praticamente todos os aspectos da vida. O ambiente físico também é muito diferente. As universidades brasileiras são pensadas para o desenvolvimento integral do estudante, com centros esportivos integrados e amplos espaços verdes. No Irã, a infraestrutura é mais utilitária e restritiva; faltam espaços sociais inclusivos, e a atividade física costuma ocorrer em ambientes segregados e com horários rígidos. Nosso cotidiano é marcado pela separação: dormitórios e refeitórios são estritamente segregados e, nas salas de aula, muitas vezes somos obrigadas a sentar em áreas separadas. É um lembrete constante de que o seu gênero define seus limites.

A situação é particularmente diferente para as mulheres?

Sim, as mulheres enfrentam barreiras sistêmicas. Em 2012, o governo proibiu oficialmente as mulheres de ingressar em 77 diferentes áreas de estudo, incluindo Engenharia e Física Nuclear, alegando que seriam “inadequadas” para mulheres. Mesmo quando temos excelentes resultados nos exames, cotas frequentemente limitam nossa admissão em favor dos homens. Socialmente, a pressão é



REPRODUÇÃO/ THE GUARDIAN



REPRODUÇÃO

enorme. As estudantes devem usar o hijab de forma “perfeita”. Essas restrições também se cruzam com discriminações religiosas e étnicas: o governo impõe um rígido enquadramento no islamismo xiita. A liberdade religiosa é limitada. Por exemplo, a apostasia (abandonar o Islã) pode levar à pena de morte, e grupos minoritários, como os de cristãos e judeus, enfrentam discriminação constante. Mahsa Amini, por exemplo, era curda, e sua morte simbolizou a luta de ser ao mesmo tempo mulher e pertencente a uma minoria étnica sob esse regime.

Como é a vida hoje para as mulheres e pesquisadoras no Irã?

Desde os protestos de 2022, o ambiente ficou ainda mais militarizado. Para pesquisadoras, o desafio inclui um verdadeiro “teto legal”. Um marido ainda pode legalmente impedir sua esposa de trabalhar ou estudar se considerar que a carreira dela é “contrária aos interesses da família”. O governo islâmico continua a enganar a comunidade internacional sobre a dimensão da repressão, mas para quem está dentro do país a realidade é de repressão de alta tecnologia. O regime brutal utiliza tecnologias de vigilância para identificar mulheres que desafiam os códigos de vestimenta, e acadêmicos são impedidos de publicar pesquisas que refletem as verdadeiras realidades sociais do país. Apesar disso, a coragem das mulheres no Irã permanece. Elas lutam por uma autonomia que muitas mulheres brasileiras — com razão — costumam considerar garantida.

Você voltou ao Irã desde que veio para o Brasil? Como mantém contato com sua família?

Não, eu não voltei. Mantenho contato com minha família por meio de aplicativos como WhatsApp e Google Meet. No entanto, a comunicação muitas vezes é difícil. O regime islâmico frequentemente impõe apagões de internet, às vezes por semanas, para controlar o fluxo de

informações. Isso torna extremamente difícil e angustiante saber se minha família está segura em momentos de instabilidade.

Você espera voltar algum dia ou talvez trazer sua família para o Brasil?

Isso depende totalmente de como a situação no Irã evoluir. Meu sonho é poder visitar minha família e depois retornar para minha vida aqui no Brasil. Também gostaria muito de trazer minha família para cá, especialmente minha irmã mais nova, para que ela possa experimentar a liberdade e as oportunidades que o Brasil oferece. Mas, no final, essa decisão cabe a eles.

Como você tem acompanhado as notícias sobre a guerra?

Acompanho as notícias de perto por várias agências internacionais, como Fox News, Reuters e CNN, além de veículos em língua persa como Iran International. Plataformas de redes sociais — Instagram, Telegram e X (antigo Twitter) — também são essenciais para receber atualizações em tempo real diretamente de pessoas que estão no Irã, apesar da censura.

Como você avalia a intervenção norte-americana e israelense em seu país?

Nenhuma nação ou indivíduo quer ver seu país atacado ou sua infraestrutura destruída. A guerra nunca é algo que alguém deseje. No entanto, muitos iranianos sentem que, após décadas de manifestações pacíficas respondidas com massacres e silêncio, esse foi o único caminho que restou para enfraquecer o regime. Eu não vejo essa intervenção como um ataque ao povo iraniano, mas como uma ação contra um regime islâmico repressivo que está completamente separado de seus cidadãos. Durante décadas, estivemos presos sob um sistema de repressão, tortura e execuções. De acordo com relatórios oficiais, mais de 32

Elas são ALUNAS

mil civis foram mortos, embora estimativas não oficiais sugiram que o número ultrapasse 50 mil. Essas vítimas incluem crianças e estudantes, e temo que esses números continuem a crescer enquanto o regime segue matando na escuridão de suas prisões — especialmente mulheres — e enquanto esconde essa realidade do mundo. Nesse contexto, ações direcionadas contra zonas militares e centros governamentais são vistas por muitos como uma forma de apoio para desmontar a máquina de repressão e permitir que o povo recupere seu país.

Você acredita que o assassinato do aiatolá Ali Khamenei e de seus aliados pode levar a uma mudança real no regime?

Sim, acredito que um evento assim poderia ser um catalisador de transformação. Por 47 anos, essa ditadura tem dependido de uma estrutura específica de liderança para negar liberdades básicas. A história mostra que, quando a liderança de um sistema autoritário é desestabilizada, surgem fissuras que podem abrir caminho para que a população pressione por mudanças profundas. O povo iraniano tem demonstrado uma resiliência incrível. Se o controle da liderança for quebrado, isso pode acelerar o processo de retomada do próprio destino pelo povo iraniano.

Você acha que existe um caminho realista para a democracia em seu país no curto prazo?

No entanto, o caminho é extremamente difícil. O regime brutal está profundamente enraizado e já demonstrou que usará violência extrema para se manter no poder. No entanto, a determinação do povo nunca foi tão forte. Embora uma transição completa para a democracia talvez não aconteça de um dia para o outro, as bases estão sendo construídas. As fissuras internas do regime e a coragem persistente dos cidadãos sugerem que a mudança é inevitável, mesmo que leve tempo.

Você acredita que suas filhas poderão um dia viver em um Irã mais justo e igualitário para as mulheres?

Tenho esperança de que um dia minhas filhas, e todas as mulheres no Irã, viverão em uma sociedade onde sejam tratadas como iguais. Atualmente, a realidade é de discriminação sistêmica e repressão severa. Mas a coragem demonstrada pelas mulheres iranianas, que lideraram os protestos recentes e se recusaram a ser silenciadas, é extraordinária. A resiliência delas é a razão pela qual acredito que um futuro de justiça e igualdade seja possível. Elas não estão mais aceitando a opressão nem o status de cidadãs de segunda classe.

Por fim, qual mensagem você gostaria de deixar para as estudantes e professoras da UFRJ neste mês da Mulher?

Peço às mulheres da UFRJ, estudantes e professoras que valorizem a justiça, a educação e os direitos humanos — que se solidarizem com as mulheres do Irã. As vozes de vocês amplificam as nossas e lembram ao mundo que a luta pela liberdade é universal. As mulheres iranianas estão lutando por seus direitos e por suas vidas, apesar dos imensos riscos. Quando mulheres apoiam umas às outras além das fronteiras, construímos a base de um futuro em que liberdade, igualdade e justiça não sejam apenas sonhos, mas uma realidade vivida por todas e todos.



“O CENÁRIO NO IRÃ ESTÁ CADA VEZ MAIS DIFÍCIL PARA A CIÊNCIA”

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrrj.org.br

Ela trabalha no Fundão, mas seu coração está no Irã. Maral Mostafazdehfarid nasceu, cresceu e se formou em Teerã, onde fez o mestrado em Álgebra não Comutativa na Tarbiat Modares University. Em 2010, veio fazer o doutorado no Brasil, e há sete anos é professora do Instituto de Matemática da UFRJ. Seus dias e noites nunca foram tão difíceis. Ela acompanha com aflição as notícias da guerra. A mãe e a irmã são diabéticas e já não conseguem remédios com regularidade. As comunicações estão cortadas e o único contato é com um sobrinho.

“Não há mais internet”, conta a docente, líder de um grupo de pesquisa sobre mulheres matemáticas. “No Irã, as professoras precisam lecionar usando o hijab. As dificuldades para obter vistos muitas vezes impedem pesquisadores de participar de eventos científicos no exterior. Muitas colegas não conseguem participar de conferências internacionais”, lamenta a professora, que costuma voltar ao Irã a cada dois anos. “Mas, a cada viagem, eu sinto que a situação está piorando. Para mim, é como uma cortina de teatro que se abre a cada dois anos e revela um cenário cada vez mais difícil para a vida acadêmica, para a ciência e para a sociedade”.

Professoras e alunas foram as primeiras vítimas dos Estados Unidos na Guerra no Irã. A senhora acha que isso foi por acaso?

Por que atacar uma escola de meninas? Infelizmente, o petróleo no Golfo Pérsico sempre foi um ponto de grande interesse e também de conflitos. Poucas horas após o início da guerra, houve um ataque a uma escola que resultou na morte de 168 pessoas e deixou 96 feridos. A maioria era de estudantes — meninas e meninos —, além de 26 professoras e alguns pais. Era uma escola de Ensino Fundamental, com crianças entre 7 e 12 anos, localizada em uma cidade pequena e não estratégica. É muito preocupante quando civis, especialmente crianças, se tornam vítimas de um conflito. A direção dessa guerra parece inflamar ainda mais a situação, em vez de buscar soluções. A grande questão agora é quem conseguirá controlar essa escalada de violência.

Qual a diferença entre ser professora de uma universidade aqui e no Irã?

Há algumas diferenças importantes entre ser professora universitária no Brasil e no Irã. No Irã, as professoras precisam lecionar usando o hijab, mas em termos de carreira acadêmica elas podem fazer pesquisa e são avaliadas de forma semelhante aos homens. Uma das maiores dificuldades está relacionada às condições econômicas e às relações internacionais do país. A desvalorização da moeda e as dificuldades para obter vistos muitas vezes impedem pesquisadores de participar de eventos científicos no exterior. Muitas colegas minhas, por exemplo, não conseguiram participar de conferências internacionais por esses motivos. A relação internacional do Brasil com outros países, especialmente na emissão de vistos, é bem melhor. O Brasil tem uma economia mais estável e existem várias agências de fomento com editais que apoiam a pesquisa e incenti-

vam a participação das mulheres na ciência. Além disso, as mulheres têm mais autonomia em relação às suas escolhas e à própria aparência. Isso contribui para um ambiente acadêmico mais aberto e acolhedor para pesquisadoras.

Como a senhora mantém o contato com a sua família no Irã depois que a guerra começou?

Depois que a guerra começou, meu contato com meus pais foi completamente interrompido. No momento, consigo falar apenas com um sobrinho, que conseguiu usar um VPN específico para se conectar, embora eu não saiba exatamente como. Pedi que ele me escreva todos os dias para me dizer se todos estão bem. Ele me contou que a situação tem sido muito difícil. Por causa do barulho das explosões e do medo constante, muitas pessoas não conseguem dormir à noite. Em alguns momentos, eles chegam a ouvir aviões militares passando, o que aumenta ainda mais a sensação de insegurança. Estar longe e sem conseguir falar diretamente com minha família é uma das partes mais dolorosas dessa situação.

A senhora tem duas filhas pequenas. Como a senhora está falando sobre a guerra com elas?

Explico que, infelizmente, conflitos existem no mundo, mas que toda guerra termina em paz. Será melhor pensar em paz desde do início. Como mãe e professora, acredito que educar para o diálogo, para o respeito e para a empatia é uma das formas mais fortes de contribuir para um futuro melhor.

Mulheres e crianças são as que mais sofrem em guerras. Como sua mãe e suas irmãs estão no Irã?

Minha mãe e a minha irmã mais nova saíram de Teerã e foram para uma cidade pequena no norte do Irã, buscando mais



ACERVO PESSOAL

segurança. Mesmo assim, a situação continua muito preocupante. Elas são diabéticas e, ainda antes do início da guerra, já enfrentavam dificuldades para encontrar seus medicamentos. Quando consegui falar com elas pela última vez, me contaram que a farmácia só conseguiu vender remédios para um mês. Isso me deixa muito preocupada, porque até tratamentos básicos para doenças crônicas, como diabetes, podem se tornar difíceis de manter em uma guerra.

A senhora está no Brasil há mais de 10 anos. Nesse período, já pensou em voltar a morar no Irã?

Sim, já pensei em voltar várias vezes. Antes da guerra, eu costumava viajar ao Irã a cada dois anos para visitar minha família e também universidades em Teerã e Isfahan, onde encontrava colegas matemáticos. Mas, a cada viagem, eu sinto que a situação está piorando. Para mim, é como uma cortina de teatro que se abre a cada dois anos e revela um cenário cada vez mais difícil para a vida acadêmica, para a ciência e para a sociedade.

Como educadora que forma matemáticos e cidadãos do futuro, como a senhora vai abordar o tema da guerra em sua sala de aula este semestre?

Na sala de aula, procuro manter o foco na educação e na ciência. A guerra não tem relação com o que buscamos construir na universidade, que é conhecimento, diálogo e pensamento crítico. Sou muito grata aos meus alunos. Eles me ajudam a permanecer ativa e a manter uma mentalidade positiva.

Qual o papel de uma professora na construção da paz?

O papel de uma professora é orientar e formar pessoas. Em momentos difíceis, como os que vivemos hoje, precisamos ser pragmáticos e manter a esperança. Muitas vezes as soluções não são claras

— a situação pode parecer um labirinto. Mas, para encontrar a saída, precisamos continuar tentando, aprendendo e acreditando que é possível construir caminhos de paz.

O regime iraniano é muito cruel com as mulheres. Como a senhora convivia com essas crueldades no seu país?

O regime iraniano tem regras muito restritivas em relação às mulheres. Restrições estão implementadas nas próprias leis. Ou seja, trata-se de uma forma de desumanidade legalizada! No meu caso, as fiscalizações relacionadas ao uso do hijab eram algo frequente e bastante incômodo. Eu sempre gostei de me arrumar e usar maquiagem, e muitas vezes as estudantes eram questionadas ou repreendidas por sua aparência. Isso acaba tirando o foco do que realmente importa na universidade, que deveria ser o estudo e a formação acadêmica. Lembro que, durante o meu mestrado, percebi que a fiscalização no portão da universidade começava por volta das 7h da manhã e terminava por volta de 19h. Então eu costumava chegar antes desse horário e ficava estudando até a noite. No fim, esse período de dedicação intensa também contribuiu para que eu me tornasse a primeira colocada no mestrado em Matemática pura na minha universidade. Sobre mudanças, acredito que transformações acontecem quando há consciência, intenção e iniciativa.

A senhora tem esperança?

Não acredito que a lógica da guerra de Trump e Israel e a crueldade dos aiatolás estejam alinhadas com o objetivo de trazer paz, segurança e bem-estar para a sociedade iraniana. O desenvolvimento de um país não pode ser construído por meio da destruição. A esperança é que, no longo prazo, a sociedade possa caminhar em direção a soluções mais pacíficas e construtivas.